



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de 02 (dois) Certificados Digitais para Pessoa Física ICP-Brasil, Tipo A3, com dispositivos *Token* USB, aquisição de 1 (hum) Certificado Digital e-CNPJ pessoa jurídica Tipo A3 - Padrão ICP-Brasil, com mídia *Token* criptografada, aquisição de 5 (cinco) certificados digitais A1 Web SSL/TLS, emitido por Autoridade Certificadora, com padrão de Raiz internacional e reconhecimento mundial, para atender às demandas da Controladoria-Geral do Estado, conforme termos contidos neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

Em virtude das necessidades que se apresentam, a CGE investe recursos com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade de serviços aos cidadãos, tais como: Controle Interno, Ouvidoria-Geral do Estado e Corregedoria- Geral do Estado, a fim de oferecer respostas adequadas aos desafios impostos à gestão pública e de implementar políticas que aumentem a segurança na utilização de serviços informatizados da CGE, bem como a permitir o acesso a outros sistemas externos a este Órgão de Controle Interno, através da utilização de Certificação Digital pelos nossos colaboradores, garantindo assim a autenticidade de quem possui acesso à informação.

A fim de incrementar o nível de segurança, às normas e exigências definidas pela ICP-Brasil ou reconhecidos por esta entidade, torna-se imprescindível a contratação dos Certificados Digitais para Pessoa Física e Jurídica, para que nossos usuários possam acessar os sistemas com maior segurança.

Acrescenta-se que a utilização de Certificados Digitais do tipo Web é primordial para autenticação dos serviços eletrônicos oferecidos pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, a usuários internos e externos, permitindo a utilização desses serviços de forma mais segura e confiável.

3. ICP – BRASIL

Entidade instituída através da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com o intuito de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos, de forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

4. CERTIFICADO DIGITAL

Os computadores e a Internet são largamente utilizados para o processamento de dados e para a troca de mensagens e documentos entre cidadãos, governo e empresas.

No entanto, estas transações eletrônicas necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. A certificação digital é a tecnologia que provê estes mecanismos.

No núcleo da certificação digital está o certificado digital, um **documento eletrônico** que garante **proteção às transações online e a troca virtual de documentos, mensagens e dados**, com validade jurídica, contém

o nome, um número público exclusivo, denominado chave pública, e muitos outros dados que mostram quem somos para as pessoas e para os sistemas de informação. Com este dispositivo, os sistemas de informação podem validar e reforçar os mecanismos de **segurança online**, utilizando a tecnologia para garantir a privacidade e confirmar a autenticidade das informações dos usuários, empresas e instituições na rede.

5. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

02 (dois) Certificados Digitais para Pessoas Físicas, na hierarquia da ICP-Brasil, do tipo A3, com validade de 3 (três) anos, inclusive o serviço de validação de dados e gravação do certificado com dispositivo do tipo Token, com as seguintes características:

1. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.
2. Possuir conector padrão USB, versão 2.0 ou superior.
3. Possuir numeração única para cada dispositivo.
4. Entregar Softwares de instalação de drive e de gerenciamento em mídias (CD-ROM ou DVD) para cada token.
5. Possuir manual de instalação.
6. Suportar Certificado Digital com criptografia SHA-1 ou superior de pelo menos 1024 bits, A3 tipo e-CPF e/ou e-PF.
7. Possuir duas senhas: PIN de responsabilidade do usuário; PUK utilizado para desbloqueio do PIN.
8. O Certificado Digital deverá ser inutilizado após 3 tentativas incorretas de digitação do PUK.
9. Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 32 Kbytes.
10. Possuir indicador luminoso de estado do dispositivo.
11. Compatível com sistemas operacionais Windows 7 (ou superior) e Linux (Kernel 2.6 e superiores).
12. Compatível com os navegadores com suas respectivas versões mínimas: Firefox 15; Chrome 20; Internet Explorer 7.
13. Validade de 3 (três) anos, contados a partir da ativação do certificado digital.

01 (hum) Certificado Digital e-CNPJ Pessoa Jurídica Tipo A3 - Padrão ICP-Brasil, com mídia Token criptografada para Certificado Digital, validade de no mínimo 3 anos a partir da emissão, com as seguintes características:

1. Certificado digital e-CNPJ (pessoa jurídica);
2. Tipo A3;
3. Padrão de interoperabilidade ICP – Brasil;
4. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);
5. Gerado e armazenado em mídia de token protegido por senha de acesso;
6. Validade do certificado de no mínimo 3 (três) anos a partir da sua data de emissão;

05 (cinco) Certificados Digitais Web SSL/TLS, na hierarquia da ICP-Brasil, do tipo A1, com validade de 1 ano, com as seguintes características:

1. O certificado deverá ser emitido por Autoridade Certificadora com padrão de Raiz internacional e reconhecimento mundial;
2. Possuir conformidade WebTrust;
3. Utilizar chave RSA de 2048 bits (dois mil e quarenta e oito bits);
4. Utilizar algoritmo de hash SHA256 para assinatura digital;
5. Prazo de validade do certificado de 12 (doze) meses.

6. CUSTO ESTIMADO

Item	Especificação	Und	Quant	Valor Unitário	Valor Total
		Und	02	357,33	714,66

1	Certificado Digital e-CPF pessoa física Tipo A3 - Padrão ICP-Brasil, com mídia Token criptografada para Certificado Digital, validade de no mínimo 3 anos a partir da emissão.				
2	Certificado Digital e-CNPJ pessoa jurídica Tipo A3 - Padrão ICP-Brasil, com mídia Token criptografada para Certificado Digital. validade de mínimo 3 anos a partir da emissão	Und	01	476,67	476,67
3	Certificado Digital A1 Web SSL/TLS , emitido por Autoridade Certificadora com padrão de Raiz internacional e reconhecimento mundial, conformidade WebTrust, chave RSA de 2048 bits (dois mil e quarenta e oito bits), algoritmo de hash SHA256 para assinatura digital e prazo de validade deste certificado é de 12 (doze) meses.	Und	05	243,33	1.216,65
VALOR TOTAL					RS 2.407,98

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Caberá à **CONTRATANTE**:

1. Emitir a Nota de Empenho, com todas as informações necessárias, em favor da **CONTRATADA**;
2. Encaminhar a Nota de Empenho, emitida pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira à **CONTRATADA**, através de fax ou e-mail;
3. Prestar à **CONTRATADA**, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução dos serviços;
4. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** aos locais de prestação de serviços, desde que devidamente identificados;
5. Acompanhar e controlar a prestação de serviço, através da unidade responsável por esta atribuição;
6. Verificar se o serviço prestado pela **CONTRATADA** atende a todas as especificações contidas neste Termo de Referência;
7. Noticiar à **CONTRATADA**, formalmente, caso o objeto esteja em desconformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, para que esta proceda sua substituição;
8. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Referência que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
10. Atestar a Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço, por intermédio do servidor designado;
11. Efetuar, em favor da empresa **CONTRATADA** o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Caberá à **CONTRATADA**:

1. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE** atendendo prontamente a todas as reclamações;
2. Adotar medidas para a prestação do serviço solicitado, observando todas as condições e especificações previamente aprovadas.

3. Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela **CONTRATANTE** referente ao objeto, pela Controladoria-Geral do Estado;
5. Responder e responsabilizar-se por quaisquer danos causados, direta ou indiretamente, a bens de propriedade da **CONTRATANTE** ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregadores/profissionais por ocasião da prestação dos serviços contratados;
6. Encaminhar à **CONTRATANTE** a Nota Fiscal correspondente ao serviço prestado.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. A execução do serviço deverá ser iniciada após o recebimento da Nota de Empenho pela **CONTRATANTE**;
2. Identificada a desconformidade dos serviços com o estabelecido no Termo de Referência, a **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA**, que deverá providenciar sua imediata correção.

9. DA ENTREGA DOS CERTIFICADOS

1. A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos certificados em até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1. A despesa objeto do presente Termo de Referência correrá por conta do Programa de Trabalho: 2019.1501.04.122.4001.4001 (Apoio Administrativo); Grupo de Despesa/Fonte de Recurso: 03/100.

11. DO PAGAMENTO:

1. A **CONTRATADA** deverá apresentar para atesto, a Nota Fiscal correspondente ao fornecimento do objeto, na Gerência de Tecnologia.
2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal pela Gerência de Tecnologia da Controladoria-Geral do Estado - CGE;
3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;
4. A **CONTRATADA** deverá informar na Nota Fiscal seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento, que deverá, em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei Estadual nº 18.364/2014, ser obrigatoriamente da Caixa Econômica Federal – CEF;
5. Para fins de pagamento da despesa, serão observadas as condições de regularidade fiscal da **CONTRATADA**;
6. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

1. À **CONTRATADA** que incorrer nas infrações de inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivo de normas que vierem a substituí-la, segundo a graduação da falta, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO CRUZEIRO DE MORAES, Gerente**, em 03/09/2019, às 15:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **EDNILSON LINS RODRIGUES, Superintendente**, em 04/09/2019, às 10:45, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **8745799** e o código CRC **A4222FE9**.

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA
RUA 82 400 - Bairro SETOR SUL - CEP 74015-908 - GOIANIA - GO - PALÁCIO PEDRO
LUDOVICO TEIXEIRA, 3º ANDAR



Referência: Processo nº 201911867001660



SEI 8745799